



Célio Azevedo

## Aprovadas MPs que beneficiam aluno deficiente e frota pesqueira

Plenário também autoriza prefeitura de Curitiba a contratar empréstimo do BID

O Senado aprovou ontem o repasse de recursos diretamente da União às entidades sem fins lucrativos – como as Apaes e as sociedades Pestalozzi – e o programa de financiamento da modernização da frota pesqueira, que dispõe de R\$ 15 milhões neste ano.

Página 3

**AGENDA** Senadores decidem adiar para terça-feira a votação de empréstimo à capital paulista

## Autoridades buscam solução pacífica para terras indígenas

Audiência no Senado aponta rumos para mediação de conflitos por terras em Mato Grosso do Sul e Roraima. Hoje, em Campo Grande, comissão de senadores debate o assunto com autoridades, fazendeiros e índios.

Página 6



Célio Azevedo

**SUBSÍDIOS** Parlamentares debatem com autoridades, na comissão, saída para conflitos entre índios e fazendeiros

## Movimento Negro do PMDB repudia discriminação

Militantes são recebidos por Sarney, a quem pedem apoio para o Estatuto da Igualdade Racial.

Página 7



Gerardo Magalhães

**AUDIÊNCIA** Militantes agradecem a Sarney por trabalho contra desigualdade racial

■ Saturnino não aceita mudança, e PPA pode ter novo relator

Página 2

■ Setor da construção pede facilidade para recuperar empresas

Página 5

# Falta de acordo pode derrubar parecer do PPA

**Vice-líder do governo no Congresso afirma que convicções de Saturnino destoam do programa econômico**



**CRISE** Na Comissão de Orçamento, Saturnino (ao lado de Gilberto Mestrinho) participa de mais uma reunião em que não houve acordo

Depois de mais uma reunião entre líderes da base do governo na Comissão Mista de Orçamentos, ficou decidido mudar a estratégia para a votação do Plano Plurianual (PPA), que contém os investimentos federais até 2007. A idéia dos governistas agora é rejeitar integralmente, na próxima semana, o parecer do senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Com isso, será nomeado novo relator, que restabelecerá o superávit primário das con-

tas públicas para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos três anos. Esse superávit é o que sobra no caixa do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O impasse foi criado porque Saturnino prevê em seu pare-

cer uma redução gradual do superávit, o que aumentaria os investimentos federais em R\$ 27,9 bilhões. Ele entende que há exagero dos governistas quando ponderam que a sinalização de redução do superávit primário (usado no paga-

mento de juros da dívida pública) pode afetar a confiança dos investidores.

Em seu relatório, o senador calcula que o superávit seria reduzido em 2005 para 3,75% do PIB e para 3,5% em 2006, chegando a 2007 com 3,25%. Os partidos de oposição vêm manifestando apoio ao parecer de Saturnino e, na próxima semana, pretendem votar com o relator. A base do governo, no entanto, tem maioria na CMO e deverá rejeitar o parecer. Com isso, a convocação extraordinária do Congresso termina sem a votação do PPA.

– Não tem mesmo acordo. O senador Saturnino tem as convicções dele que, nesse caso, destoam do programa do governo Lula. Hoje, o pensamento é rejeitar todo o parecer. Um novo

relator manteria a intenção original sobre o superávit primário – afirmou o vice-líder do governo no Congresso, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

## Contingenciamento

O parecer do relator, entretanto, não é o único problema que o governo vem enfrentando. Os oposicionistas têm impedido a votação e exigem a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para explicar o contingenciamento de R\$ 6 bilhões nos gastos deste ano. Para a oposição, o relator do Orçamento de 2004, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), garantiu que o governo não iria fazer cortes, o que facilitou a votação. Os petistas da CMO disseram que o ministro falará à comissão logo após o carnaval.

## Bezerra é líder do governo e Capiberibe comanda PSB

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comunicou à Mesa, durante a sessão deliberativa de ontem, que a bancada de seu partido indicou o senador João Capiberibe, do Amapá, para ocupar a liderança do PSB, que antes era ocupada pelo próprio Valadares.

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), aproveitou para anunciar que a liderança do PT encaminhou documento que oficializa o nome da senadora Ideli Salvatti (SC) para o cargo, ocupado anteriormente pelo senador Tião Viana (AC). Já a liderança do governo no Congresso será exercida pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), no lugar do senador licenciado Amir Lando, atual ministro da Previdência Social.

## Agenda



### Última sessão da convocação extraordinária

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, a última sessão da convocação extraordinária. De caráter não deliberativo, é destinada a pronunciamentos dos parlamentares e aos comunicados da Mesa diretora, sem a votação de matérias.

### Comissão de Infra-Estrutura realiza reunião na terça-feira

Na pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), terça-feira, às 14h30, está o exame do projeto que dispõe sobre a instalação de aparelho para medição de pulsos telefônicos no serviço de

telefonia fixo e móvel (PLS 39/02). O colegiado também deve apreciar requerimento para audiência sobre denúncia de irregularidade em obras em rodovias.

### Música na TV Senado

O programa *Conversa de Músico* de hoje, às 21h30, apresenta concerto de violão, alaúde e flauta doce com a flautista Lélia Salles e o violonista Felipe Maravalhas. No repertório, Bach e outros compositores barrocos.

### Atendimento ao cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. A Câmara também oferece o atendimento, pelo número 0800 619619.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## Senador apóia uma taxa global para financiar o desenvolvimento

Impedir a expansão do neoliberalismo e viabilizar a criação de taxa global visando ao financiamento do desenvolvimento. Essas duas propostas, apresentadas no 4º Fórum Social Mundial,



**Privatizações foram condenadas, diz Capiberibe**

que terminou em 21 de janeiro, em Bombaim, na Índia, foram destacadas pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) como duas das mais importantes conclusões daquele evento.

Na avaliação dos participantes, informou Capiberibe, o neoliberalismo continua provocando desastres econômicos, sociais e ambientais. Para amenizar esses efeitos, foi aprovada proposta de intensificar a campanha pela anulação ou redução da dívida dos países pobres e colocar um fim no processo de privatização dos serviços públicos.

Capiberibe observou que a outra prioridade definida, a da criação de uma taxa para financiar o desenvolvimento, pode incluir também o combate aos paraísos fiscais. E ressaltou que o presidente Lula já vem defendendo esforço mundial para combater a pobreza.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Ensino especial contará com mais recursos

Entidades que atuam com portadores de deficiência receberão dinheiro diretamente da União

Os senadores aprovaram ontem o projeto de lei de conversão da medida provisória que institui o Programa de Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência (Paed), no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O objetivo da proposta, relatada pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), é universalizar a educação dos portadores de deficiência, tanto em instituições especializadas como nas escolas públicas regulares. O projeto vai agora à sanção presidencial.

A principal inovação do projeto (PLV 3/04) é o repasse do dinheiro, pela União, diretamente às entidades sem fins lucrativos, como as Associa-



**DEBATE** Discussão da proposta, que vai agora à sanção do presidente da República, mobilizou os senadores governistas e da oposição

ções de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes) e as sociedades Pestalozzi, de forma proporcional ao número de alunos. A remessa, no entanto, está condicionada à aprovação de programa de aplicação pelos conselhos municipais incumbidos do acompanhamento e controle social do Fundef, o fundo de valorização do magistério.

O relator disse que a proposta “tem o mérito de incentivar

a cooperação entre os setores público e privado e de aumentar o volume de recursos aplicados na educação especial”, como é tendência em todos os países modernos.

José Jorge (PFL-PE) lembrou que a MP teve origem no veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a projeto (PLS 21/03) que autorizava a destinação de verbas do Fundef diretamente às instituições privadas espe-

cializadas na educação de excepcionais. “O veto, no fim do ano passado, disputou e ganhou o Prêmio Berzoini de crueldade”, disse José Jorge.

– A indignação de toda a sociedade com o veto foi tão grande que o governo ficou com vergonha e o retirou da página oficial na Internet, onde estão todos os vetos presidenciais – afirmou José Jorge.

O relator Hélio Costa disse que o presidente da República, ao vetar o projeto anterior, foi “induzido a erro” pelo Ministério da Fazenda, que o considerou ilegal.

## Retorno à escola

Já Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou que a proposta tem uma grande virtude: inicia o processo de retorno das crianças excepcionais às escolas públicas convencionais. “Houve um erro histórico, de discriminar as crianças excepcionais, deficientes, e retirá-las do ensino público convencional.”

Flávio Arns (PT-PR) elogiou e defendeu a aprovação da MP,

que considera um grande avanço. “Recupera o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), essencial para o bom funcionamento das entidades comunitárias, lhes dá dignidade”, declarou Arns. O senador mencionou também que a Holanda, recentemente, fez um plebiscito para decidir se as escolas para deficientes deveriam ser públicas, estatais ou comunitárias. “Venceu o conceito de que essas instituições devem ser comunitárias, com apoio do poder público, o que é a melhor solução”, observou Arns.

Dados do Censo Escolar de 2003 apontam a existência de 358,9 mil alunos deficientes na faixa a ser coberta pela educação infantil e o ensino fundamental (1ª à 8ª séries). Desse total, 219,8 mil crianças, ou 61,2%, estudam em escolas criadas por entidades privadas sem fins lucrativos. A proposta aprovada deverá garantir atendimento a 92,4 mil alunos, 48,7% do total de alunos portadores de deficiência.

## Para oposição, MP corrige uma “insensibilidade” do governo

Ainda que favoráveis à medida provisória (MP) que destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a entidades de assistência a portadores de deficiência, senadores de partidos de oposição recordaram que a proposta foi editada pelo governo para corrigir uma insensibilidade do Palácio do Planalto, que vetou projeto com objetivo semelhante.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou que, quando vetou o projeto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva argumentou que a proposta impediria o governo de conseguir atingir suas metas de superávit primário.

– Foi um erro grosseiro. O presidente foi advertido de que não pode tudo. A advertência levou o presidente ao recuo que a lógica impunha.

Na liderança do PFL, Demostenes Torres (GO) registrou que o veto presidencial foi combatido com veemência pela Comissão de Educação e pelo Plenário do Senado e mereceu “repulsa extraordinária” do senador Flávio Arns (PT-PR).

– A medida provisória repara um ato desastroso do presiden-

te, que atendeu a argumentação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de que o projeto atrapalharia o superávit primário – sustentou.

Nessa linha, Efraim Moraes (PFL-PB), líder da Minoria, ressaltou que a MP foi editada para resolver o veto de Lula ao projeto que beneficiava as entidades que cuidam de pessoas portadoras de deficiência.

Da mesma forma, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou que a MP só foi necessária porque o governo vetou o projeto alegando contrariedade ao interesse público.

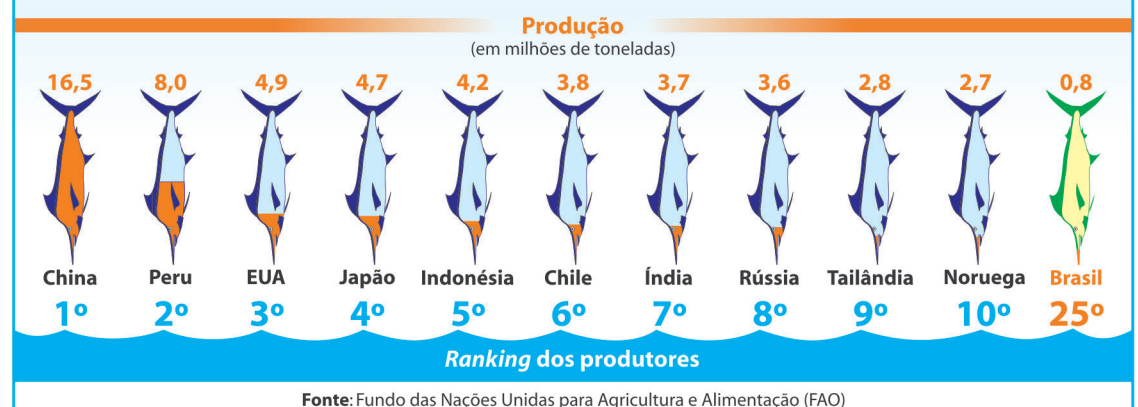
Como líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC) pediu que os senadores também admitissem seus erros, pois o projeto vetado havia sido aprovado pelo Congresso com vícios e sem embasamento suficiente. Na MP, disse Ideli, foi necessário encontrar alternativas para viabilizar o repasse de recursos.

Sérgio Cabral (PMDB-RJ) afirmou que a aprovação da medida é uma vitória para o país por possibilitar a alocação de maiores investimentos para o atendimento dos portadores de deficiência.

## Produção nacional ainda é pequena

As políticas de incentivo à produção pesqueira no Brasil começaram no fim, da década de 60. Até então, a atividade era artesanal, com pouco uso de recursos tecnológicos. A partir daí desenvolveu-se a pesca industrial, com a introdução de embarcações e

métodos modernos. A industrialização, porém, ficou mais restrita às regiões Sul e Sudeste. Atualmente o país ocupa apenas a 25ª posição entre os maiores produtores mundiais de pescado, atrás de países como Peru e Chile, que possuem menos potencial pesqueiro.



## Frota pesqueira deve ser modernizada

Outro projeto aprovado ontem pelo Plenário foi o de conversão da medida provisória que criou o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira).

O Profrota prevê a construção de 130 embarcações destinadas à pesca oceânica, a recuperação de 240 embarcações da frota costeira atualmente em mau estado de conservação, e a construção de 76 embarcações de médio e grande porte para a renovação das fro-

tas que capturam piramutaba e pargo no litoral das regiões Norte e Nordeste.

O relator do projeto (PLV 4/04) no Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), concordou com a maior parte dos dispositivos aprovados na Câmara e apresentou emendas – também aprovadas – excluindo a compra de barcos em uso, por contrariar princípios do projeto de gerar empregos, fortalecer a indústria naval, além de também gerar perda de divisas, no caso de barcos estrangeiros.

Garibaldi apresentou emen-

da mantendo a modernização das frotas pesqueiras de pargo e piramutaba, excluindo a de camarão nas regiões Norte e Nordeste, por entender que há muitas outras frotas pesqueiras ainda mais obsoletas.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou a aprovação, ressaltando que o país precisa entrar no mercado pesqueiro litorâneo com mais vigor, além de competir internacionalmente na pesca oceânica. “Para isso, nos faltam barcos em quantidade e qualidade que o projeto proporcionará.”

Jone de Araújo



**EMBATE** Virgílio (ao microfone, observado por Mercadante) protestou contra tratamento ao governo paulista

## Crédito para a prefeitura paulistana gera polêmica

■ Pedido de verificação de quórum inviabiliza a votação da proposta, que é transferida para terça-feira

Após mais de duas horas de discussão, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu a retirada de pauta do projeto de resolução que destina US\$ 100,4 milhões para o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo (Procentro), incluído na ordem do dia como pauta extra. O dinheiro, a ser emprestado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destina-se ao controle de inundações, à redução de custos dos transportes públicos e à transformação do perfil econômico e social da área central da capital paulista.

A retirada de pauta se deu após pedido de verificação de quórum feito pela senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) e apoiado por Almeida Lima (PDT-SE), Mão Santa (PMDB-PI) e August-

to Botelho (PDT-RR).

Com a manutenção do pedido de verificação, Paulo Paim (PT-RS), na presidência da sessão, declarou a ausência de senadores e encerrou os trabalhos. Mercadante pediu nova votação na terça-feira.

Durante a discussão, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que seu partido faria obstrução à aprovação do empréstimo à prefeitura paulistana – comandada pelo PT – porque o governo de São Paulo tinha empréstimos pendentes, junto ao governo federal. Em resposta, Mercadante se comprometeu a lutar pela aprovação dos créditos. Com a promessa de Mercadante, Arthur Virgílio retirou a obstrução, mas isso de nada adiantou, frente ao pedido de verificação de quórum.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), ressaltou que, na reunião de líderes, os partidos de oposição não haviam condicionado a votação do projeto que beneficia a Prefeitura de São Paulo à solução de problemas do governo estadual. Para o senador

Demostenes Torres (PFL-GO), o combinado foi apenas a desobstrução da pauta.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que as relações entre o Executivo e o governo paulista têm evoluído, enquanto Romeu Tuma (PFL-SP) informou já estar acertado que seriam solucionadas as pendências com São Paulo.

### Enchentes

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que o correto seria liberar recursos para estados atingidos pelas enchentes. Já Magno Malta (PL-ES) pediu que os municípios capixabas afetados pelas cheias sejam tratados com o mesmo carinho dispensado à prefeitura paulistana.

Mão Santa lembrou que a prefeitura deixou de pagar parcela da dívida em 2002. Já Sibá Machado (PT-AC) afirmou que mexer no centro de São Paulo afeta “a gerência nacional da economia”. Por fim, o líder da oposição, Efraim Morais (PFL-PB), criticou a falta de ação do governo frente ao problema das cheias.

## Plenário aprova empréstimo para Curitiba

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução autorizando a prefeitura de Curitiba (PR) a contratar empréstimo externo no valor de até US\$ 80 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão aplicados na melhoria do transporte

urbano da capital paranaense. O projeto vai à promulgação.

O relator da matéria (PRS 3/04), senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), informou que o custo total do Programa de Transporte Urbano de Curitiba II está estimado em US\$ 133,4 milhões, dos quais o equiva-

lente a cerca de US\$ 80 milhões serão financiados pelo BID, como prevê o projeto aprovado. De acordo com o parlamentar, os US\$ 53,4 milhões restantes deverão ser aportados como contrapartida, sob a responsabilidade do município de Curitiba.

## Virgílio cobra explicações sobre demissão no Dnit

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), cobrou ontem do governo, em Plenário, uma explicação para a demissão de José Antônio da Silva Coutinho do cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

Ele deseja saber se a demissão, anunciada na última quarta-feira pelo Ministério dos Transportes, está ligada às denúncias feitas por Coutinho de supostas irregularidades na própria autarquia que dirigia.

– Ajudei a aprovar o nome do diretor do Dnit e exijo saber, em nome do PSDB e do Senado, se é verdade que a demissão dele seria uma compensação pela futura demissão do ministro dos Transportes, Anderson Aduato.

### Punição

Virgílio pediu aos parlamentares da base governista que informassem se Coutinho foi ou não demitido por causa das denúncias que apresentou. Caso tenha sido, disse, seria necessário promover uma alteração no Código Penal, para punir com demissão o funcionário público que vier a denunciar irregularidades no órgão em que trabalha.

Ele elogiou ainda pronun-



**IRREGULARIDADE** Virgílio quer saber se ato estaria relacionado à denúncia feita por Coutinho

amento feito na véspera pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), criticando o excesso de discursos feitos de improviso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O líder do PSDB relatou que funcionários de seu próprio gabinete receberam vários pedidos de cópias do discurso de Jefferson.

O senador amazonense citou editorial de ontem de *O Estado de S. Paulo*, segundo o qual Lula estaria promovendo, mais de um ano após a sua posse, o “milagre da multiplicação de discursos”.

Arthur Virgílio criticou ainda o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, pelos cortes efetuados no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

## Proposta de CPI sobre caso Parmalat obtém assinaturas

Em nota oficial distribuída à imprensa, a liderança do bloco de apoio ao governo e à do PT no Senado, ambas ocupadas pela senadora Ideli Salvatti (SC), comunicaram que já foram reunidas 29 assinaturas de senadores que apóiam a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o caso Parmalat. A instalação da CPI, conforme o Regimento, exige um mínimo de um terço da Casa, ou seja, 27 senadores.

Segundo Ideli, o fato de os parlamentares de todos os partidos terem assinado o requerimento demonstra vontade política do Senado de investigar as denúncias de irregularidades no processo de insolvência da empresa. Existem notícias de ocorrência de fraudes de sonegação fiscal e remessa ilegal de recursos da Parmalat, observou. “Estamos perante o maior escândalo de uma indústria de alimentos do mundo”, avaliou a



**APURAÇÃO** Ideli Salvatti lembra suposta ocorrência de fraudes e prejuízo para pecuária brasileira

senadora.

No documento, a líder observa que o eventual fechamento da empresa prejudicaria mais de seis mil funcionários que estão sem receber seus pagamentos, além dos produtores e cooperativas de leite. Ela lembrou que seu estado, Santa Catarina, é um dos mais prejudicados, pois possui cerca de 60 mil produtores de leite que respondem por 5% da produção nacional.

## LEI DE FALÊNCIAS

Câmara Brasileira da Indústria da Construção afirma que projeto não estabelece claramente qual é a finalidade prioritária: dar continuidade à empresa, manter os empregos ou pagar os credores

# Recuperação de empresa pode ser aperfeiçoada

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) solicitou que o Senado aperfeiçoe os mecanismos legais que facilitarão a recuperação dos empreendimentos em dificuldades financeiras ou em situação falimentar, viabilizando a venda em bloco dessas empresas. Uma das reivindicações apresentadas ontem pelo vice-presidente financeiro da entidade, Elson Ribeiro e Póvoa, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi a redução do prazo em que o comprador da empresa responde pelas dívidas tributárias dos antigos controladores. O dirigente da CBIC compareceu à comissão para debater a nova Lei de Falências (PLC 71/03).

Póvoa sugeriu que os débitos fiscais sejam apurados na data de fechamento do negócio, evitando assim surpresas futuras, já que os compradores respon-



**DIAGNÓSTICO** Tebet (C) coordena mais uma audiência em busca de subsídios para aperfeiçoar a proposta

dem pelas dívidas tributárias dos últimos cinco anos, e por um prazo de 30 anos no caso de dívidas previdenciárias. Ele explicou que os compradores precisam ter idéia do tamanho real do passivo antes de concluir as negociações, para saber o que de fato estão assumindo.

Isso, na sua avaliação, viabilizaria muitos negócios de aquisição de empresas concordatárias ou com falência decretada.

O relator da matéria na CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que o projeto de lei já assegura que não haja "sucessão tributária", evitando que

o comprador responda por dívidas fiscais relativas à administração anterior. Mas admitiu que esse tratamento não está garantido para outras dívidas, como, por exemplo, as trabalhistas.

Tebet afirmou que está disposto a melhorar o dispositivo

que prevê o parcelamento dos débitos junto ao fisco, definindo melhores condições do que as previstas no Código Tributário Nacional. Para o senador, não é possível dar igual tratamento às empresas que estão funcionando normalmente e às que precisam ser recuperadas para sobreviver.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) chamou a atenção para que as alterações voltadas para o saneamento das empresas não acabem prejudicando o fisco. Ele propôs que haja uma antecipação do levantamento dos débitos pendentes.

Mas o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) observou que os fiscos estaduais têm dificuldades operacionais para agilizar a apuração desses dados e pediu discussão mais aprofundada na comissão sobre o assunto.

## Encol poderia ter sido salva com nova lei

Se a nova Lei de Falências estivesse em vigor em 1999, quando a Encol teve a sua falência decretada, a maior construtora do país poderia ter sido salva, sem causar sérios prejuízos aos seus 42 mil mutuários e deixar dívidas elevadas, como a de R\$ 325,4 milhões com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A avaliação foi feita pelo vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Elson Ribeiro e Póvoa. Ele esclareceu que não estava defendendo os desvios que aconteceram, mas apenas analisando o alcance da nova legislação em relação à atual.

Em 1997, acrescentou ele, a decretação da concordata de-

veria ter permitido organizar o pagamento das dívidas da empresa, que atingiam R\$ 1,8 bilhão, mas o receio do mercado impediu que a companhia conseguisse crédito e retomasse os seus negócios.

### Saída

Sem conseguir quitar em 1998 a primeira parcela da dívida, a falência tornou-se iminente e a empresa foi lacrada no ano seguinte, deixando mais de 500 obras inacabadas.

Póvoa destacou que, se a nova lei vigorasse na época, a Encol poderia ter proposto um plano de recuperação extrajudicial assim que percebeu a sua incapacidade em saldar dívidas e continuaria funcionando. "Todo o dinheiro e material no-

vo seriam considerados extrajudiciais. Isto é, se a empresa quebrasse, os novos investimentos seriam os primeiros a ser pagos", argumentou o dirigente da CBIC.

O controle da empresa poderia ter sido transferido a uma cooperativa de funcionários, que poderiam adquiri-la com os seus créditos trabalhistas, se o juiz determinasse a incapacidade administrativa dos antigos donos, conforme salientou Póvoa.

O relator da matéria na CAE, senador Ramez Tebet, lembrou que as soluções autorizadas judicialmente para os mutuários da Encol ocorreram ao "arrepio da lei", prevalecendo a visão social do problema.



**RISCOS** Azeredo (à esquerda, ao lado de Tourinho) lamenta as dificuldades para se vender imóvel na planta depois do caso Encol

## Investidor perdeu a confiança

Os prejuízos aos mutuários provocados pela falência da Encol acarretaram desconfiança no mercado imobiliário, dificultando a venda de imóveis na planta, um dos principais instrumentos para viabilizar a construção a baixo custo. A avaliação foi feita pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do requerimento para a audiência com a CBIC.

O senador Ramez Tebet chegou a aventar a possibilidade de se ampliar o dispositivo que livra de penhora o "bem de família" para funcionar como uma garantia para quem está adquirindo o seu primeiro imóvel. Elson Ribeiro e Póvoa dis-

se que o governo já instituiu a figura do "patrimônio de afetação" nas incorporações imobiliárias, que funciona, na prática, como uma garantia para quem quer comprar imóvel na planta. Ele explicou que a Medida Provisória 2.221/01 estabelece que sejam apartados da contabilidade geral da empresa o terreno e os demais bens e direitos que forem sendo vinculados à incorporação.

No caso da Encol, por exemplo, as 500 obras então em andamento teriam contabilidade própria, que poderia ser acompanhada e fiscalizada independentemente do restante da empresa.

### Contra privilégio para créditos tributários

O projeto de lei que regula as falências ainda apresenta pontos dúbios, na avaliação da CBIC. As regras de transição para a aplicação da nova legislação sobre os processos em curso precisam ficar mais bem definidas, segundo o vice-presidente financeiro da entidade, Elson Ribeiro e Póvoa.

Os créditos tributários, na visão da entidade, continuam privilegiados no texto aprovado na Câmara dos Deputados, enquanto

em outros países eles possuem o mesmo grau de prioridade dos credores quirografários. A CBIC defendeu a fixação de limites para o pagamento dos créditos trabalhistas, lembrando que o teto discutido pelos deputados, de 150 salários mínimos, abrangeria 95% das indenizações trabalhistas pagas na Justiça.

De um modo geral, a CBIC considera que o projeto de lei traz inovações importantes em relação à legislação atual, não sendo formalista e

preocupando-se com a função social da empresa. Mas avalia que o projeto da nova lei não estabelece claramente qual a sua finalidade prioritária: se dar continuidade à empresa, manter os empregos ou pagar os credores.

Póvoa pediu que isso seja esclarecido e também solicitou que haja um equilíbrio entre as legislações trabalhista, tributária e societária para que a nova lei possa ser aplicada de forma eficaz.

## CONFLITOS FUNDIÁRIOS

O governador de Roraima diz na CRE que existem "intenções expansionistas" por parte dos que defendem as reservas; as procuradoras sugerem respeito à história

### Procuradoras negam que haja expansionismo na demarcação

Na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir a demarcação de terras indígenas, a coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, afirmou ser preciso encontrar uma solução para as terras indígenas sem que apenas um modelo de desenvolvimento seja considerado. Ela também destacou a importância de levar em conta questões históricas. "Precisamos saber para não repetir os erros", disse.

Ela Wiecko reconheceu que há algum tipo de litígio em todas as aldeias de Mato Grosso do Sul e que o território dos povos guaranis no estado ocupa áreas também do Paraguai. A procuradora informou que há 200 anos os guaranis ocupam a região, que corresponde a 25% do total de Mato Grosso do Sul, mas desde a Guerra do Paraguai esses índios foram gradativamente expropriados de suas terras, tomadas à força e com violência, deixando-os em pequenos locais isolados. "Os índios desejam a área completa", salientou.

A procuradora considerou que ninguém fala em devolver todas as terras do Brasil aos índios.

– Não podemos voltar na história. Houve genocídio, povos foram exterminados. Mas estamos em outra época. Não queremos agora acabar com esses povos. Se desejamos um país baseado na solidariedade, entendemos que essas etnias devem sobreviver – declarou.

Ela Wiecko negou que haja uma tendência expansionista na demarcação das terras indígenas, e lamentou a demora no processo.

A subprocuradora-geral da República Débora Duprat destacou que o problema da delimitação de terras existe em diversos países, havendo inclusive orientações da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o assunto, todas no sentido de resgatar as diferentes identidades indígenas e o pluralismo.

# Autoridades relatam clima tenso, mas esperam solução pacífica para a crise

Na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir a demarcação de terras indígenas, as autoridades ouvidas manifestaram a intenção de encontrar uma solução pacífica para os conflitos que vêm ocorrendo entre índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul e Roraima. Na audiência, a segunda realizada com esse objetivo, foram ouvidos os senadores da comissão, autoridades dos dois estados e procuradoras da República.

Na próxima semana, os ministros da Justiça, Márcio

Thomaz Bastos, e da Defesa, José Viegas Filho, comparecerão à CRE para debater o tema. Hoje, uma comissão de senadores da CRE realizará audiência pública em Campo Grande (MS) com autoridades, fazendeiros e índios para discutir o problema.

Na CRE, o secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, Dagoberto Nogueira Filho, fez um relato sobre a situação dramática em que se encontra o estado. Ele mostrou um laudo antropológico

realizado no final de 2002, que mostrou terras indígenas situadas em locais atualmente ocupados por fazendeiros.

As fazendas têm reconhecimento do estado e há casos de pessoas que foram assentadas pelo então presidente Getúlio Vargas. O secretário destacou que a Justiça tem tido muita dificuldade para julgar a questão e que a destruição nas fazendas invadidas por índios é muito grande. Segundo Dagoberto, a situação é muito difícil e pode "acabar em

sangue".

O governador de Roraima, Flamarion Portela, disse que está fazendo todos os esforços para resolver o problema e lamentou as "intenções expansionistas" das pessoas que defendem as reservas indígenas. E afirmou ainda que estas estão sempre "em busca de mais áreas".

Ele pediu a manutenção de uma estrada e de um município na região para a futura reserva Raposa/Serra do Sol.

Também foram ouvidas na audiência as procuradoras da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho e Débora Duprat.

**CRE realiza hoje audiência pública em Campo Grande para ouvir índios e fazendeiros**



**DISCUSSÃO** Audiência na Comissão de Relações Exteriores ouviu autoridades de Mato Grosso do Sul e Roraima e duas procuradoras

## Senadores discutem saída para o problema

Durante a discussão da questão fundiária em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu que decisões sobre terras indígenas sejam tomadas em escalões mais altos do governo, como a Presidência da República ou o Senado, e não por órgãos menores, como a Fundação Nacional do Índio (Funai). O senador defendeu ainda que os índios sejam ouvidos sobre a questão e lembrou que na reserva Raposa/Serra do Sol, a ser homologada em Roraima, há conflitos entre membros de etnias diferentes.

O senador Juvêncio da Fon-

seca (PDT-MS) afirmou que o problema de discutir historicamente o território indígena é esquecer os 170 milhões de brasileiros não índios, muitos passando até fome. "Se formos fazer reservas com interpretações puramente antropológicas, devolveremos o país todo aos índios, como era em 1500", afirmou. O senador acredita que o movimento de ocupação de terras pelos indígenas que vem ocorrendo em Mato Grosso do Sul é uma "revolução absoluta pela força", uma escola de "banditagem".

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) destacou ter lutado pela criação da terra ianomâmi no Norte do país, mas disse que

a situação na Raposa/Serra do Sol em Roraima é muito diferente. Antes da criação da reserva ianomâmi, os índios do local viviam isolados e havia homogeneidade étnica.

Já na Raposa/Serra do Sol, onde o senador esteve recentemente, os índios são aculturados, há miscigenação, cidades e existem grupos étnicos hostis uns aos outros. Além disso, destacou, um parque nacional será incorporado à área da reserva e sua preservação deixa de ser garantida, observou Jefferson.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que a questão é complexa, mas destacou a importância de encontrar uma saída pacífica para os

problemas nos dois estados. O senador defendeu que o governo indenize os proprietários que perderem suas terras em regiões transformadas em reservas, o que a legislação não permite atualmente.

O senador Sibá Machado (PT-AC) também pediu a negociação pacífica e o resgate de questões territoriais históricas. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) destacou a importância de encontrar uma situação harmônica para o problema. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também afirmou que é preciso encontrar uma solução pacífica e definitiva para a questão.

## Paim cobra PEC paralela e lembra Guerra Guarani

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação imediata da Proposta de Emenda à Constituição 77, a chamada PEC paralela da Previdência, pela Câmara dos Deputados (que tramita com o nº 227/04) a fim de que, antes de abril, seja promulgada pelo Congresso Nacional. “Vai ser muito triste se chegarmos ao Dia Nacional da Mentira, o 1º de abril, sem a aprovação da PEC paralela, pois a proposta é fruto de um amplo acordo partidário e do próprio governo, feito pelos ministros Ricardo



Paulo Paim diz que aprovação da emenda paralela é compromisso do governo

Berzoini e seu substituto na Previdência, o senador Amir Lando”, disse Paim.

O senador Paulo Paim ainda destacou o 248º aniversário da Batalha de Caiboaté, na região das Missões, no Rio Grande do Sul. Sobre a chamada Guerra Guarani, no século 18,

Paim fez uma retrospectiva histórica do período.

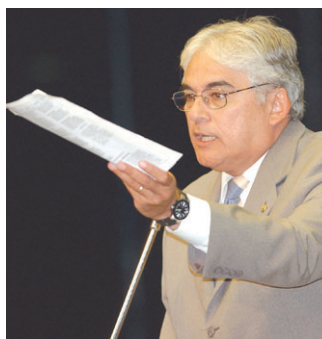
– O Tratado de Madri determinou que Portugal cederia a colônia de Sacramento, na área do atual Uruguai, e em troca ficaria com os chamados Sete Povos das Missões Jesuíticas, no Rio Grande do Sul – lembrou

Paim. Pelo tratado, os índios guaranis que habitavam as missões jesuíticas seriam levados para o lado espanhol — Argentina e Paraguai, atualmente —, deixando para os portugueses tudo o que tinham construído. Os padres jesuítas e os índios não aceitaram a imposição do Tratado de Madri.

Em apartes, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiaram Paulo Paim e sua luta pela aprovação da PEC paralela da Previdência.

## Efraim: governo não quer votar a emenda na Câmara

Em nome da liderança da Minoria, o senador Efraim Moraes (PFL-PB), anunciou que suas esperanças de ver aprovada a proposta que ameniza os efeitos da reforma da Previdência, a chamada PEC paralela, estão no fim, pois, na sua opinião, o governo não está interessado na promulgação da matéria. Ainda assim, ele disse que, “em respeito ao povo brasileiro”, vai esperar até o novo prazo – 1º de abril –, dado pelas lideranças do governo para votação da PEC na Câmara.



Efraim Moraes também cobra recursos do governo para atendimento a flagelados

Segundo Efraim, a PEC paralela foi usada pelo governo para justificar a convocação extraordinária. Mas, o que se viu nesse período, registrou, foi a votação de medidas provisórias, usadas para que o Congresso não possa legislar.

– A única coisa que foi feita na Câmara até o momento foi di-

zer que a PEC era constitucional. Nem a comissão especial foi instalada. Essa comissão terá prazo de até 40 sessões para analisar, e, pela vontade do governo, vai usar todo o prazo.

Para Efraim, o governo deveria assumir que não quer votar a PEC paralela.

O senador também lamentou que o governo tenha reunido dez ministros sem oferecer nenhuma medida concreta para o combate às enchentes.

Efraim Moraes afirmou que a reunião serviu apenas para que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, fizesse seu discurso. Enquanto isso, o senador relatou que as chuvas já recomeçaram sem que sejam destinados recursos para socorrer as vítimas em 17 estados do país.



LUTA Sarney oferece apoio à realização de encontro nacional para tratar de questões raciais

## Militantes condenam discriminação racial

Manifesto do Movimento Negro do PMDB diz que é hora de declarar “ódio e nojo ao racismo”

Em visita ao Senado, o secretário da Promoção da Igualdade Racial do PMDB de São Paulo, Osvaldo Ribeiro, repudiou ontem o crime cometido pela Polícia Militar paulista contra o dentista Flávio Ferreira Santana, dizendo que a ação policial revelou claro ato de racismo. Santana foi morto por PMs no último dia 3, depois de ter sido apontado, erroneamente, como um assaltante. Os policiais executaram o dentista com dois tiros no peito.

Ribeiro, que estava acompanhado de vários representantes do Movimento Negro, também afirmou que, quando é negado a remanescentes de quilombos o direito de hospedagem numa pensão, isso mais uma vez revela preconceito racial. Ele re-

feria-se ao episódio ocorrido na quinta-feira passada em Brasília, quando seis remanescentes de um quilombo de Vila Bela (MT) teriam sido impedidos de se hospedar numa pousada pelo próprio dono.

O secretário do PMDB encontrou-se com o presidente do Senado, José Sarney, a quem pediu apoio para o Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/00), em fase de votação na Câmara. Ele agradeceu a Sarney a contribuição que sempre deu às políticas públicas de combate à desigualdade racial e entregou-lhe documento intitulado “Carta do Movimento Negro do PMDB à Nação Brasileira”.

Lembrando que, no momento de promulgação da Constituição de 1988, Ulysses Guimarães declarou ter ódio e nojo da ditadura, a carta diz que este é o momento de o PMDB também declarar “ódio e nojo ao racismo”.

Na opinião de Osvaldo Ribeiro, o Brasil não iniciou bem a discussão sobre as políticas afirmativas.

– Nós sabemos de sua profundidade, da sua beleza jurídica, que ela pode solucionar uma série de coisas, mas o encaminhamento não tem sido dos melhores – disse. Ele recebeu de Sarney o apoio para a realização, no fim do mês, de encontro nacional para tratar da questão racial.

### Políticas para mulheres

A professora Nilcéa Freire, que assumiu no dia 27 de janeiro a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres visitou ontem Sarney, a quem parabenizou pela iniciativa de constituir uma comissão especial para celebrar o Ano Nacional da Mulher.

A secretaria foi criada para articular políticas com outros ministérios do governo visando reduzir as desigualdades e as discriminações do gênero.

Nilcéa pediu também o apoio do Legislativo para a primeira Conferência Nacional de Mulheres, que será realizada em junho, em Brasília. Sarney prometeu todo o apoio da Casa.

## Valadares homenageia o ex-jogador Charuto

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou ontem, em Plenário, o ex-jogador de futebol sergipano Antônio Nascimento Rodrigues, conhecido como Charuto, atualmente com 83 anos, que apontou como “exemplo a ser seguido pelas novas gerações”.

Segundo o senador, Charuto será homenageado hoje pelo Cotinguiba Esporte Clube, pelo qual se destacou como artilheiro de chute forte e certeiro. Tão forte, frisou Valadares, que era

temido pelos adversários.

– Ele detinha no futebol o chute mais forte de Sergipe e, quiçá, o mais forte do futebol brasileiro. Eu o vi jogar pelo Cotinguiba e pela seleção sergipana, e gostaria de parabenizar esse atleta e grande jogador, hoje com 83 anos, funcionário público aposentado, pai de três filhos, exemplo de chefe de família e atleta.

Charuto jogou também no Palestra, onde começou em 1939, no Club Sportivo Sergipe e no



POTÊNCIA Valadares destaca que Charuto tinha o chute mais forte de Sergipe

Vasco Esporte Clube. “Vi a placa que o homenageia, em que está escrito que Charuto tinha o chute mais potente do futebol brasileiro”, disse Valadares.



J. Freitas

## Suassuna pede ação para diagnosticar clima

Por considerar que o país já não pode mais se surpreender quando há enchentes no Nordeste, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu que sejam adotadas ações de planejamento, capazes de antever os fenômenos climáticos. Somente assim, acredita o senador, serão tomadas as medidas necessárias para amenizar os efeitos da chuva.

– O drama dos flagelados das enchentes no Nordeste surpreende somente os que não conhecem a região e pensam que lá temos

sempre seca. Notória, na verdade, é a distribuição irregular das chuvas. Ocasionalmente, desabam torrentes irresistíveis, trazendo tanto sofrimento e desgraça quanto as estiagens prolongadas – diagnosticou, citando trechos de literatura e do canção popular que registram a ocorrência de enchentes no Nordeste.

O problema, disse Suassuna, é que dessa previsibilidade não resultam ações efetivas para que a sociedade e o governo lidem com as conseqüências das intempéries.

– Propiciar soluções definitivas para a seca e para a torrente é um dever humanitário e uma necessidade econômica para o desenvolvimento da região e do país. A resposta definitiva para a dicotomia seca-dilúvio ainda não saiu do papel – reclamou.

Suassuna registrou ainda que a chuva traz boas notícias, como a possibilidade de grandes safras agrícolas. Porém, para que a água seja bem utilizada, o senador pediu que o governo trate da manutenção de açudes e barragens.

**CONHECIMENTO** Suassuna reivindica solução definitiva para seca e enchentes



J. Freitas

**CARTILHA** José Jorge observa que governo já conhece o caminho do socorro às vítimas

## José Jorge aponta excesso de burocracia do Executivo

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou o excesso de burocracia do governo federal no encaminhamento do socorro às vítimas das enchentes no Nordeste. Para José Jorge, não é preciso inventar nada, pois o Nordeste já sofreu secas e enchentes tantas vezes que é só seguir a cartilha. O governo federal faz um levantamento das perdas, libera as verbas para governadores e prefeitos das regiões afetadas, eles executam as ações e o próprio governo federal fiscaliza a aplicação efetiva dos recursos liberados. “O resto é pura enganação que não vai dar em nada”, concluiu.

Ao criticar a proposta de criação de um grupo de dez ministros para resolver o problema, José Jorge relatou reunião com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, com senadores e deputados da bancada de Pernambuco, para tratar das ações emergenciais e estruturais de atendimento às populações flageladas.

– Saí da reunião mais preocupado do que quando entrei, porque sei que grupo de trabalho não resolve nada, principalmente se for de ministros, em que alguns não têm verbas para distribuir e outros estão saindo, como o ministro dos Transportes, Anderson Adauto. Todos sabem que ele espera uma visita de Lula a Uberaba (MG), dando-lhe a oportunidade de “sair bem do governo”, anunciando sua candidatura a prefeito da cidade – destacou.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que Pernambuco foi o estado nordestino que mais sofreu com as enchentes desse início do ano, precisando de socorro urgente para as populações carentes.

# Garibaldi quer aprofundar debate sobre o novo modelo energético

**Setor não pode depender da vontade de ministros ou das oscilações do mercado, adverte senador**

Apesar de reconhecer que o governo federal acerta ao propor um novo modelo energético para o país, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu que a parceria entre o setor público e a iniciativa privada, proposta pela Medida Provisória (MP) 144/04, em exame no Senado, necessita ser mais bem definida e que a sua eficácia depende de uma lei reguladora.

Para o senador, a medida pro-



J. Freitas

**EFICÁCIA** Garibaldi defende melhor definição para parceria entre governo e indústrias

visória, que deverá ser votada, junto com uma outra MP que também trata do setor elétrico, na sessão plenária da próxima

terça-feira, deve “merecer mais confiança dos investidores”, além de permitir a redução de custos para a indústria e o comércio, o barateamento das tarifas domésticas e o que chamou de saudável competição entre os agentes do setor, “facilitando e tornando mais séria a concorrência”.

– Investimentos no setor elétrico não podem ficar submetidos à vontade discricionária do ministro do dia ou das oscilações livres do mercado, isento de marcos regulatórios. As leis, em qualquer democracia estável, têm que gerar confiança e reduzir os riscos. Um país não pode atrair investidores para atividades permanentes se as suas leis são provisórias e inca-

pazes de ampliar os negócios privados, e se o Estado ultrapassa os limites de seu poder de regular – alertou Garibaldi.

Por isso, na avaliação do senador, a medida provisória em discussão no Senado deve conferir o máximo de segurança ao investidor privado, e isso só poderá ocorrer com a estabilidade das regras. Afinal, informou Garibaldi Alves, para realizar os investimentos necessários ao fornecimento de energia elétrica, o país terá que despender cerca de R\$ 20 bilhões a cada ano, dos quais, na melhor das hipóteses, conforme observou, o setor público conseguirá investir apenas R\$ 9 bilhões ao ano, cabendo o restante à iniciativa privada.

## Fátima Cleide diz que MP responde à “negligência” do governo anterior

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) considera “insustentáveis” as críticas que têm sido feitas, inclusive no Senado, ao modelo de setor elétrico proposto pelo governo por meio da Medida Provisória 144/04.

O que os opositores da MP consideram um problema – o poder regulatório concentrado na mão do Estado –, para a senadora é a resposta à negligência que no passado levou a privilégios para o setor privado.

Segundo Fátima Cleide, o governo Fernando Henrique Cardoso preferiu desestatizar um setor vital para o desenvolvi-

mento do país.

– O novo modelo pode não ser perfeito, mas ele não peca pela iniquidade expressa na política anterior, que se verificou com aumentos sucessivos nos preços das tarifas para o consumidor e nenhuma garantia de segurança no abastecimento – disse a senadora.

Fátima Cleide afirmou que o modelo ainda em vigor não expandiu o sistema por uma única razão: o capital privado não fez investimentos.

A senadora contrapôs às acusações de ingerência indevida do Estado introduzidas pela

MP 144 a “brutal e perversa intervenção estatal” observada no governo Fernando Henrique Cardoso: indexação das tarifas ao dólar; imposição de um programa prioritário de termicas, elevando ainda mais as tarifas; impedimento das estatais de investir no setor para favorecer o capital privado; e permissão para que as empresas privadas fizessem negócios com controladas dos mesmos grupos enquanto as estatais eram obrigadas a se “desverticalizar”.

– Ao trazer para si o papel de elaborador das políticas do se-



José Cruz

**CRÍTICA** Fátima Cleide afirma que capital privado não fez investimentos no setor

tor elétrico, o governo não está fazendo mais do que cumprir a Constituição. Agora, o que é preciso é muita agilidade e muita competência – afirmou Fátima Cleide.